

ENTRE ARQUIVOS E REPERTÓRIOS: GRAFAR HISTÓRIAS DE BAIRROS E FAVELAS

(SESSÃO LIVRE)

Junia Cambraia Mortimer

Escola de Arquitetura da UFMG | junia.mortimer@gmail.com

Ana Claudia Veiga de Castro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP | anacvcastro@usp.br

Resumo geral: A historicidade das lutas sociais urbanas – e o empenho de grafar tais experiências – além de fomentar laços e redes de cuidado por meio da memória afetiva de seus integrantes, agrega uma dimensão temporal às causas dessas lutas que se reverte em importante ferramenta de negociação com o Estado e outros atores. Como essas histórias se inscrevem nos repertórios de gestos de seus agentes? Como elas aparecem em seus acervos pessoais? Como elas performam nos arquivos públicos institucionais? Como esse conhecimento, incorporado nas práticas cotidianas, é transmitido a futuras gerações?

Acreditamos ser possível que a Universidade, em regime de co-cidadania com outros agentes, sejam eles profissionais dos arquivos institucionais ou agentes dos territórios, entre lideranças e moradores, possa colaborar para a sistematização e grafia desse conhecimento, ampliando seu alcance e potencial pedagógico. Esta proposta de sessão livre toma como premissa os limites sócio-culturais, e sobretudo epistêmicos, dos arquivos institucionais, cuja base científica moderna por muitos anos excluiu de seus bancos de dados e indexadores a presença histórica não-branca na formação da cidade, como por exemplo em Belo Horizonte. Ao confrontar a noção de arquivo com aquela de repertório, evocamos a discussão entre documentos e gestos, entre escritas e práticas e partimos na direção de abordar o próprio urbano como arquivo, agregando à pesquisa em acervos do Estado a investigação com materialidades e práticas de construção do território.

Temos participado, nos últimos anos, de deslocamentos epistemológicos em diversos campos, e também na arquitetura e no urbanismo, fruto não somente da maior participação de intelectuais não-brancos no circuito científico, mas também da proposição de outros modos de pensar e fazer ciência, que emergem no lastro do questionamento das cisões da racionalidade moderna. Visando à justiça social, racial e epistêmica, esses deslocamentos ativam movimentos reflexivos também nas formas de historicizar os processos urbanos de produção e apropriação do espaço, atentando-nos à importância de alianças na

“incomunidade”, como parte incontornável da reflexão intelectual sobre o tema. Nesse sentido, também o fazer historiográfico em torno da construção cotidiana da cidade, com especial interesse para territórios populares e negros, não se sustenta mais apenas como atividade bibliográfica de pesquisa individualizada e isolada, mas, conforme temos percebido, se torna, cada vez mais, atividade coletiva e grafada a várias mãos. Em outros termos, o fazer historiográfico se dá, não somente com outras fontes, mas também com outros agentes, sejam eles arquivistas, bibliotecários, fotógrafos, no que concerne aos acervos já sistematizados, sejam eles a própria comunidade, no que concerne a um repertório de gestos e oralidades. Salienta-se uma dimensão potencial da história (Azoulay 2019), como peça-chave nas lutas por direitos hoje, sobretudo no que concerne à disputa por moradia e pela cidade. Visamos, nesse sentido, a fazer avançar, em maior ou menor grau, um ensejo de coprodução da história urbana.

Para discutir táticas de pesquisa visando à produção dessas histórias, reuniremos nesta Sessão trabalhos que se desenvolvem entre arquivos e repertórios, buscando, em maior ou menor grau, enfrentar excessos e exacerbações hegemônicas, silêncios e ausências de minorias sociais, estabelecendo possivelmente alianças com outros agentes, desde arquivistas e colecionadores a moradoras e moradores, lideranças comunitárias e movimentos sociais, para quem a historicização tem sido um aspecto importante nos processos de negociação com o Estado. Por meio de trabalhos que envolvem pesquisas em arquivos públicos, acervos comunitários, acervos pessoais, bem como metodologias que envolvem rodas de conversa, oficinas e cartografias sociais nos territórios populares e nos espaços acadêmicos, veremos uma série de práticas de pesquisa, experimentos metodológicos e ensaios de grafia coletiva que nos lançam na direção do desafio de pensar maneiras e caminhos para efetivar o reconhecimento de outros agentes e territórios como produtores de conhecimento, destituindo a universidade de uma autoridade epistêmica que já incorreu em formas de opressão.

Como grafar histórias a partir da coprodução de arquivos, fontes e/ou narrativas, visando a uma justiça social e racial que é também justiça epistêmica?

Palavras-chave: arquivos, repertórios, acervos comunitários, história urbana, co-produção

1. CFAS - CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS

Junia Ferrari

Escola de Arquitetura da UFMG | email: juniaferrari15@gmail.com

As metrópoles brasileiras passaram por intensas transformações nos últimos anos (RIBEIRO, 2018) no que diz respeito às formas de moradia (GUERREIRO, 2020), de trabalho (RIZEK, 2020) e de consumo (LAGO, 2019). Na esteira dessas mudanças, é notável um rearranjo por parte de comunidades residentes em diversos territórios populares da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no sentido de combinar estratégias de superação dos novos e velhos desafios cotidianos - moradia, trabalho, consumo, dentre outros -, a partir da ampliação de seu repertório de lutas seja pela ação direta, institucional e/ou cotidiana (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2020). Muitos desses desafios seguem invisibilizados pela omissão das narrativas oficiais e pelo distanciamento desses territórios por parte da literatura acadêmica. Isso acaba por fomentar uma visão superficial das precariedades e demandas impostas, bem como um apagamento das históricas lutas por superação desses desafios.

Nesta comunicação pretende-se apresentar parte das experiências de um projeto desenvolvido no âmbito da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que tem como um dos seus objetivos centrais dar visibilidade a alguns desses processos de produção e apropriação da vida urbana, e como pressupostos a necessária aproximação do território e a inclusão de seus atores na escrita dessa história. Para isso, elaborou-se uma metodologia que incluiu uma série de oficinas itinerantes em diversos territórios populares da RMBH ao longo dos anos de 2022, 2023 e 2024, com vistas a criar oportunidades de diálogo mais aproximadas com a realidade dessas comunidades. Além da troca de saberes, apostou-se também na possibilidade de formação de redes de apoio mútuo entre as diversas representações que participaram deste projeto.

Pretende-se aqui trazer parte dessas experiências acumuladas, a fim de contribuir para o necessário debate sobre os desafios impostos a esses territórios, estimular o diálogo entre academia e comunidades envolvidas, além de fomentar a produção de conhecimento crítico e a reflexão sobre as dinâmicas sociais e urbanas da RMBH. Espera-se, com isso, contribuir para avançarmos na compreensão de uma realidade urbana ampliada, ou seja, que incorpore as histórias de lutas desses grupos na construção do espaço urbano, ainda que apartados, em grande medida, das políticas públicas. Finalmente, acredita-se que a visibilização desses saberes pode ajudar a construir narrativas mais aproximadas da realidade nesses territórios, além de se constituir como um léxico de estratégias que possam inspirar outras lutas.

2. ARQUIVOS URBANOS: OPERAR COM IMAGENS E GRAFAR HISTÓRIAS

Junia Cambraia Mortimer

Institucional | E-mail

O campo da história da arquitetura e do urbanismo renovou suas abordagens, entre 1980 e 1990, com as discussões em torno de história cultural, cultura visual e história visual. Nesse contexto, destaca-se o volume *Architectu-re-production* (1988), editado por Beatriz Colomina e com participação de Jean-Louis Cohen, e o catálogo *Architecture and its Image*, organizado por Eve Blau e Phyllis Lambert, a partir da exposição homônima produzida em 1989 pelo CCA (*Centre Canadien de l'Architecture*). No Brasil, é incontornável a contribuição de Ulpiano Bezerra de Meneses (2003), para incorporar a “virada à imagem” ao campo dos estudos da história da cidade, buscando instrumentalizar quanto ao trato das fontes visuais. Desde então, o campo de estudos da visualidade na história da arquitetura e do urbanismo se expandiu e a reflexão tomou rumos diversos – como demonstramos no livro “Desvios da Arquitetura: imagem e cultura contemporânea” (2023).

Essa apresentação propõe uma reflexão teórico-metodológica a partir de experiências de produção de história urbana em “regime de co-cidadania” que tomam a imagem como episteme ou forma de conhecimento. Minha reflexão decorre do desafio de operar com a imagem enquanto artefato mediador de conversas e de colaborações, que demandam uma escuta ativa, fazendo-as participar de um processo mais amplo de imaginação política, no qual não são completamente instrumentalizadas e reduzidas à representação, mas perdem o status diferenciado de objeto de arte e sua aura imaculada. Tornam-se restos de vida, estilhaços de perdas territoriais, farpas de afetos urbanos, os quais se rasgam, se cortam, se destroem e são refeitos, entre a escuta e o desejo prospectivo de adiar o fim do mundo.

Vamos aqui, portanto, avaliar essa artesanaria material com a imagem no âmbito do projeto Memória Urbana, que vimos desenvolvendo desde meados de 2024 no Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos, em colaboração com a disciplina Planejamento Urbano Local (UFMG) e o grupo de pesquisa LEIA (UFBA); este projeto consiste num experimento social de crítica e historiografia coletiva, com especial interesse na década de 1980, em colaboração com as moradoras do Conjunto Taquaril e do bairro Mariano de Abreu, na regional leste de Belo Horizonte, território para onde se destinou grande parte da população alvo das políticas habitacionais daquele momento. Como amplificar as narrativas em torno de lutas urbanas na capital mineira? Tomando como fio condutor a narração de agentes que vivenciaram esses embates, procedemos com a coleta e sistematização de fragmentos documentais em arquivos públicos e pessoais, e com o procedimento da colagem para estudo desses territórios.

3. NO SÍTIO DE QUEIMADO, UM PROJETO DE LIBERDADE FOI FORJADO AOS SUSSURROS

Gabriela Leandro Pereira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia | gabriela.leandro@ufba.br

No âmbito do projeto “O Fabuloso Inventário da História Material das Cidades”, pretende-se trazer para a centralidade as ruínas do sítio Histórico e Arqueológico de São José do Queimado, no Espírito Santo, tomando como guia a história dos construtores Eliziário Rangel, Francisco de São José e João da Viúva, líderes da maior insurreição escravista que aconteceu em 1849.

O projeto tem como intuito trazer para a centralidade das histórias sobre as cidades e suas arquiteturas os construtores, responsáveis pela concretude dos objetos arquitetônicos e obras urbanas, embora comumente apagados dos registros oficiais (estatais, privados e acadêmicos). Provocar o surgimento e compartilhamento dessas histórias, com o intuito de criar novos textos sobre a história da arquitetura, do urbanismo e da cidade, é nesse sentido um modo de caminhar na direção do que a pesquisadora Anne Cheng apresenta. Para ela, o estudo da arquitetura se equivale ao estudo da vida material das raças (Cheng, 2010). Nesse sentido, interessa à pesquisa investir em exercícios metodológicos e epistêmicos que lancem olhares e perguntas que possam interrogar temas, objetos, discursos estabelecidos no campo das disciplinas espaciais, com o intuito de ampliar as possibilidades de compreendê-los como participantes do evento racial (Silva, 2022) no qual estão situados.

É objetivo da investigação, experimentar modos de combater práticas coloniais em torno da produção do conhecimento, assim como imprimir gestos de reparação na direção de reivindicar a “des-anonimização” e subalternização de sua agência nas narrativas espaciais. Isso envolve trazer à tona o fato da episteme ocidental moderna ser profundamente racializada. Como afirmam Irene Cheng, Mabel Wilson e Charles Davis II, no livro *Race and Modern Architecture* (2020), para entender a imbricação da raça na história da arquitetura não devemos apenas incorporar práticas de construção anteriormente excluídas, mas também devemos olhar para o coração do cânone, desconstruindo o que parece universal, moderno e transparente.

Considerando as relações de trabalho e o modo como se organiza a indústria da construção civil brasileira, encontraremos a mesma estrutura hierarquicamente racializada definindo como são ocupados os postos de trabalhos, dos mais subalternizados (e anonimizados) aos mais valorizados (e nomeados). O exercício de circunscrever o debate teórico e historiográfico, submetê-lo às memórias e investigações nos arquivos, acervos e documentos - familiares e institucionais - é ponto de partida para este projeto, que busca os vestígios dos construtores da Igreja de São José, que sussurrava planos de liberdade, enquanto ergiam arquiteturas coloniais.

4. E POR FALAR EM HISTÓRIA: EXPERIÊNCIAS COM ARQUIVOS, FONTES ORAIS E PRÁTICAS COLABORATIVAS EM BRASÍLIA

Maria Fernanda Derntl

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília | fernandafau@unb.br

Nos anos de 1980, houve um amplo movimento de renovação da historiografia na área de Arquitetura e Urbanismo, contando com a reorganização de arquivos, a ampliação de fontes e o interesse por temáticas ligadas a grupos marginalizados. Já nos últimos anos, delinea-se

um outro, talvez similarmente marcante, momento de reconfiguração do campo da pesquisa histórica, com ênfase em questões de ordem teórico-metodológica. Práticas há muito assimiladas – fazer observações de campo, visitar arquivos, coletar fontes – vem sendo reexaminadas em suas potencialidades e limitações. Emerge, desse esforço, um interesse por rever modos usuais da produção de conhecimentos, dando-lhes sentido mais coletivo e menos hierarquizado: vivenciar os espaços de pesquisa, dialogar com moradores, elaborar arquivos e coproduzir fontes.

Esta comunicação pretende estimular a discussão sobre práticas de pesquisa histórica a partir da experiência em um contexto específico – o da periferia de Brasília, com suas cidades satélites e favelas– enfatizando um tipo de fonte – o testemunho ou narrativa oral. A capital do Brasil apresenta um contexto privilegiado para isso: cidade-patrimônio e monumento modernista, Brasília teve sua história inicial enquadrada por discursos de protagonistas políticos e autoridades. Já nos anos de 1970, porém, relatos de migrantes e trabalhadores serviram de contraposição àquela historiografia tradicional. Mais recentemente, vários trabalhos adotam como objeto de análise depoimentos e representações sociais, ao mesmo tempo em que grupos e indivíduos de territórios periféricos buscam ser sujeitos da construção de suas próprias narrativas.

Partindo do princípio de que a fonte oral não é mero complemento a outras fontes ou alternativa a elas, mas tem caráter específico e valor em si mesma, propõe-se aqui levantar algumas questões: como ir além da contraposição dicotômica entre discursos de cunho hegemônico e narrativas de grupos marginalizados para uma análise mais complexa de suas nuances, convergências e disputas? Que métodos podem ser utilizados para que as pesquisas não apenas se apropriem das narrativas de seus entrevistados, mas possam levar a um conhecimento coproduzido? E como lidar com fontes orais que, embora ricas em possibilidades de análise, foram criadas para compor arquivos que pretendiam sobretudo expandir ou reforçar narrativas tradicionais, sem problematizá-las ou questioná-las? Longe de dar uma resposta definitiva a essas indagações, essa comunicação espera possibilitar trocas de experiências e suscitar novas práticas colaborativas.

5. UM PROJETO DE MEMÓRIA DE SÃO PAULO PARA O SÉCULO 21

Ana Castro

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP | anacvcastro@usp.br

Discute-se aqui o projeto "Histórias do meu bairro", iniciativa do CPDOC Guaianás, coletivo de pesquisadores periféricos baseado em São Paulo que se formou em 2012 com o desafio de "pesquisar os bairros de Lajeado, Guaianases, Cidade Tiradentes e São Mateus dos quais são residentes". Reunindo profissionais de várias áreas, professores e pós-graduandos em universidades públicas, o coletivo desenvolve projetos e programas culturais com vistas a formar um acervo de memórias sobre a Zona Leste. Historicamente compreendida como o vetor de expansão urbana das classes populares, desde os primeiros bairros operários ainda

no final do século XIX (tais como Brás, Mooca, Belém), foi nos extremos da Zona Leste que se construíram os maiores conjuntos habitacionais da cidade a partir dos anos 1970, atraindo para aqueles edifícios e seus arredores uma imensa população.

Essa região foi fundamental para constituir a periferia como uma categoria analítica, dando forma e conteúdo aos estudos urbanos que então se consolidavam. Das críticas ao sobretrabalho associadas à autoconstrução (Oliveira, 1972; 1982) chegava-se ao "padrão periférico de crescimento" (Bolaffi, 1979); à "espoliação urbana" (Kowarick, 1979) e à crítica ao papel do Estado na sua convivência e eventualmente reforço na produção dessa fronteira urbana sempre em expansão (Maricato, 1979; 1995). Tais leituras moldaram os modos de estudar as periferias, que seriam daí em diante lidas pelo signo da falta, da precariedade e da ilegalidade. Isso implicou, de certo modo, em excluir espaços e sujeitos periféricos da história de São Paulo, contada em geral a partir do centro e dos chamados bairros históricos, destacando-se o papel dos imigrantes na construção da metrópole paulista.

O trabalho que vem sendo elaborado pelo CPDOC Guaianás, em muitos sentidos, rompe com essa leitura unívoca (ainda que nos anos 1980 já se vislumbrasse um caminho distinto, partindo da antropologia e da atenção aos movimentos sociais) e, junto com outros coletivos dedicados à memória e à história das classes trabalhadoras, vem consolidando um acervo de memórias urbanas que podem fortalecer a escrita da história urbana. Recuperando em breves entrevistas e depoimentos memórias dos moradores da Zona Leste, busca-se a partir da percepção dos sujeitos sobre o território reforçar seu papel na construção material e simbólica da cidade, revisando o lugar dos migrantes numa história urbana pautada pela visão de uma cidade branca, cujo ethos do trabalho se ligaria à presença europeia do início do século XX.

Pensando a partir da universidade, a associação com esses coletivos no ensino, na pesquisa e na extensão parece fundamental, ao permitir que a história dos bairros dos estudantes - muitos deles beneficiários das políticas afirmativas e moradores desses territórios - tome parte no ensino formal. Ao deslocar o ponto de vista a partir desses novos acervos, rompe-se um binarismo analítico que opôs centro e periferia, brancos e não brancos, imigrantes e migrantes, legal e ilegal, moderno e arcaico, e fixou sujeitos, territórios e experiências em moldes explicativos, compelindo-nos à construção coletiva de uma história da cidade mais complexa e democrática.